

MODALIDADES TRADICIONAIS AFRICANAS DE CAPTURAS PARA O TRÁFICO NEGREIRO

Pedro Acosta-Leyva*

Resumo

Este artigo é uma revisão exploratória das modalidades tradicionais de captura de escravizados na África, sua dinâmica; e, especialmente, seus agentes, artificios e métodos.

Palavras-chaves: África; Escravizados; Modalidades de Captura.

Abstract

TRADITIONAL AFRICAN CAPTURE MODES FOR DEALER TRAFFIC

This article is an exploratory review of traditional enslaved in Africa, its dynamics; and especially their agents, devices and methods.

Key-words: Africa; Enslaved; Capture Modalities.

O objeto deste artigo é um dos mais violentos fenômenos praticados pela humanidade: a captura de pessoas para o tráfico com a finalidade da escravização. Nem o tráfico nem a escravidão serão objeto de análise, pois o que se pretende é tentar descrever minimamente como se processava no âmbito local africano as capturas, seus métodos e artificios.

Não pretendo dar grandes justificativas para mostrar a relevância do tema, mas gostaria, outrossim, de manifestar que não participo das seguintes linhas teóricas ou talvez ideologias: 1) O estudo das capturas endógenas no Continente africano com o propósito de “revelar” que os negros e os brancos compartilham dos mesmos fe-

nômenos humanos e portanto ambos os grupos devem ser considerados humanos. Não vejo necessidade de buscar evidências históricas da humanidade do branco e nem da humanidade do negro. Parto do princípio tácito de que todos os sapiens sapiens são de uma única espécie independente do caminho histórico e cultural que percorreram. 2) também não me vejo dentro da linha teórica ou ideológica que pretende mostrar que negros capturavam seus próprios irmãos negros. Na minha compreensão essas linhas estão fora da análise histórica metodologicamente adequada e longe das informações sociais, antropológicas e históricas que as fontes permitem alcançar a respeito da África.

* Pedro Acosta Leyva é professor-adjunto dos Cursos de Licenciatura em História e Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)-Campus dos Malês, e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras, UNEB/ UNILAB. Endereço eletrônico: leyva@unilab.edu.br

Primeiramente, se existe um fenômeno histórico que não revela, eticamente falando, nossa humanidade é precisamente o ato de capturar outro ser humano com a intenção de convertê-lo em escravo. Pelo contrário, é uns dos processos históricos mais perversos que existem, de modo que não prova humanidade nem de negros nem de brancos. O ser humano não é humano pelas atrocidades que comete.

Em segundo lugar, a ideia de negros capturando seus irmãos negros nunca existiu, como também nunca existiu brancos capturando seus irmãos brancos. Quando uma cidade grega invadia outra cidade-estado grega e capturava seus habitantes para transformá-los em escravos não se tratava de irmãos gregos capturando irmãos gregos, mas de guerras entre inimigos. O mesmo pode-se afirmar dos ingleses que capturaram irlandeses para serem servos por sete anos nas colônias do Caribe e no território que viria a ser os Estados Unidos da América (WILLIAMS, 2012, p. 40). Guerras entre espanhóis e ingleses não é guerra de irmãos, como também não é guerra de irmãos entre alemães e franceses. Por outro lado, quando no dia 24 de agosto de 1572, em Paris, foram assassinados milhares de franceses por pessoas francesas não se tratava de irmãos matando irmãos, e sim de “franceses huguenotes” e “franceses católicos”. Na Europa Central, entre 1524-1525, foram assassinadas 100 mil pessoas pelos alemães, pelos suíços e pelos austríacos; as pessoas assassinadas também eram alemãs, suíças e austríacas, mas não foi um assassinato de irmãos contra irmãos e sim de milhares de camponeses alemães, suíços e austríacos mal armados que foram atacados e trucidados por um exército comandado pelas aristocracias alemã, suíça e austríaca (GONZALEZ, 2000).

Uma mínima análise histórica assinala que não são irmãos brancos matando-se uns aos outros. Os exemplos citados são aparentemente de pessoas brancas que capturam e matam irmãos brancos, contudo o que estes exemplos revelam é que se tratam de guerras entre inimigos externos e assassinato e captura entre diferentes agentes políticos e sociais numa mesma sociedade. Todas as sociedades têm suas contradições internas, suas clivagens e suas formas desumanas de desapropriação das riquezas e controle do poder, assim como suas diversas maneiras de ajustes e harmonização das práticas e das representações sociais.

Feitas essas ressalvas, retomo que o objetivo é descrever minimamente como se processavam no âmbito local africano as capturas, seus métodos e artifícios, e, para realizar essa tentativa, vou me guiar pelo estudo de Antonio Carrera, revisar as narrativas de vários cronistas e completar alguns elementos com outros autores que se ocupam do tema. Não se trata, portanto de um tema novo, mas de uma revisão bibliográfica que permita descrever de forma esquemática o processo de captura.

A captura violenta implementada pelos europeus na periferia das sociedades

A captura de seres humanos na África é um processo histórico de longa duração, cuja relevância está dada pelas transformações econômicas, culturais e sociais assim como também pela longa duração dos processos de tráfico e escravidão que estão intimamente relacionados.

Se a escravatura foi uma prática de todas as sociedades humanas num momento ou outro da sua história, nenhum continente conheceu, durante um período tão longo (sé-

culos VII-XIX), uma sangria tão contínua e tão sistemática como o continente africano (M'BOKOLO, 2012, Tomo I, p.203).

Pode-se comprovar a existência da captura num recuo de, pelo menos, 2 mil anos, provavelmente mais. Trata-se de um fato complexo devido ao tempo e aos agentes envolvidos em cada momento da história. Aqui a temporalidade que importa começa no século XV e se estende ao século XIX. Portanto, uma longa duração em que agentes, motivações e transformações sociais, militares, políticas e econômicas variam por vezes lentamente, por vezes aceleradamente (MEILLASSOUX, 1995). Há ainda que se distinguir captura de tráfico: captura é o processo de obtenção; tráfico é o deslocamento e a comercialização.

No Brasil, as interpretações da captura de seres humanos, por regra, têm questões inquietantes. Primeiro, com grande velocidade se vai da captura para o tráfico em suas três dimensões: interno na África, para o mundo árabe e para a América. A segunda questão, no Brasil, e também em outros espaços, pelo que mostra a disputa entre Molefi Kete Asante e Henry Louis Gates¹ nos

Estados Unidos da América, ora quando a pesquisa aponta a participação dos agentes africanos na captura, o que suscita a interpretação de que o pesquisador está isentando a responsabilidade e violência dos europeus no processo; ora quando a pesquisa coloca todo o dinamismo da captura nos europeus, sugerindo que os africanos foram presas fáceis, que não sabiam se defender e que deixaram os europeus fazerem o que bem queriam em seus territórios. Embora não tenho intenção de aprofundar o debate de Molefi Kete Asante e Henry Louis Gates, vale a pena dar um exemplo da legitimidade da questão. Molefi Kete Asante que defende que a captura era feita pelos europeus ou por africanos constrangidos a cooperar, o caso da primeira e da segunda viagens a costa da Serra Leoa de John Hawkins, em 1562 e 1564, confirma sua perspectiva. Hawkins relata que capturou as pessoas “indo todos os dias à praia, para pegar os habitantes e queimar e saquear suas cidades”. A violência europeia contra a população africana foi o meio eficaz de captura. Agora, vamos comparar a perspectiva de Henry Louis Gates, que defende que os próprios africanos tem uma dose de responsabilidade pela captura. Na terceira viagem de Hawkins, em 1567, talvez da mesma forma violenta como sempre tinha conseguido os cativos “estava prestes a partir de Serra Leoa com uma carga de 150 escravos, quando foi abordado por dois enviados do rei de Serra Leoa e do rei de Castros, pedindo-lhe para unir forças em uma guerra”.

Para não me alongar na narrativa, Hawkins aceitou a proposta (destes dois reis são africanos) e o resultado foi que captu-

quanto a contribuição de Asante é veiculada em forma de artigo nas Revistas Sankofa que é um meio vinculado à tradição do pan-africanista negro Abdias Nascimento e na Revista Capoeira da UNILAB.

¹ ASANTE, MolefiKete. **Henry Louis Gates is Wrong about African Involvement in the Slave Trade.** Em: <http://www.asante.net/articles/44/afrocentricity/>. Acesso 10 de Janeiro 2017. A discussão parte do problema, que Gates analisa, a “cooperação” dos poderes africanos na atividade da captura. Para Gates muitos dos reis e a nobreza africana se envolveram voluntariamente na captura e no tráfico de seres humanos. Completamente oposta a essa perspectiva, Molefi Kete Asante entende que uns poucos reis e nobres “cooperaram” com a prática da captura e no tráfico e a maioria das autoridades africanas envolvidas foram constrangidos através de diferentes mecanismos como tratados de vassalagens que cobrava impostos em capturados e guerras punitivas contra reinos que não eram aliados e outros. Asante responsabiliza a Gates por auxiliar aos brancos racistas no ataque e desvalorização do povo negro. Interessante que no Brasil a editora que só publica para a elite branca brasileira publicou a obra de Getes, en-

ram dois reinos vizinhos e o Hawkins, graça a cooperação dos dois reis africanos que fizeram a proposta, completou sua carga com 470 cativos (MEREDITH, 2017, p.134-135). A pergunta que fica no fundo da história das três viagens do traficante Hawkins coloca a Asante e a Gates na mesma mesa a dialogar. Quem está interpretando corretamente as viagens de captura/tráfico? A resposta é: os dois, porque para as duas primeiras viagens Asante tem a razão histórica e Gates está completamente errado; mas para a terceira viagem do traficante Hawkins Gates está de acordo com fato histórico e Asante está errado. O debate é rico e já fiz uma contribuição no artigo **“As famílias nobres africanas no tráfico (1500-1850): o mito da captura”**², que penso ampliar. Se o debate não está adequadamente articulado traz para a discussão a famosa passividade africana, que não se sustenta nem pela pior pesquisa em história. Entretanto, os africanos, como quaisquer outros seres humanos, nunca tiveram nada parecido com imobilidade, passividade ou submissão. As sociedades africanas, por meio dos diferentes atores sociais, em determinados lugares e momentos resistiram, outras vezes negociaram, outras se aliaram para barganhar riquezas e outras atacaram o invasor europeu com determinação e força.

Antes das chegadas dos árabes e dos europeus, as sociedades africanas tinham uma diminuta procura por cativos. O trabalho escravo era extremamente marginal; isto é, não existiam sociedades escravistas, de maneira que o esforço por capturar pessoas era injustificável. No entanto, existiam uns poucos escravos em quase todas as sociedades centralizadas. Para ficar em poucos

exemplos: entre os Manjacos, no território da Guiné-Bissau, antes dos portugueses chegar se utilizava o termo “Naluk”-sing. e “Baluk”-pl. que significa escravo(s). No território que é atualmente Angola, existiam os “escravizáveis” ou escravo(s), que correspondem ao termo mbundo “kijiku”-sing. e “ijiku”-pl. Os mecanismos para a obtenção de escravos eram basicamente as guerras, a venda e mesmo a autovenda devido à fome e à condenação por delitos de várias naturezas. A presença árabe-muçulmana e europeia-cristã aumentou a demanda de cativos incentivando e introduzindo profundas modificações sociais e alterações na intensidade, nos instrumentos, na quantidade e nas motivações dos mecanismos históricos do processo de captura (LOVEJOY, 2002; MEILLASSOUX, 1995).

Os árabes chegaram primeiro, porém o meio de transporte para atravessar o mar de areia do Saara limitou o volume de cativos, permanecendo a quantidade discreta através dos séculos. O tráfico no oceano Índico foi importante para os árabes e por um longo período, inclusive é pré-islâmico; mesmo assim teve uma intensidade discreta. Quando escrevemos a palavra “discreto” não significa que os árabes tenha realizado um tráfico menor, porque os números de escravizados para o mundo árabe ascende a dezessete milhões enquanto que o tráfico atlântico europeu oscila entre 11 e 15 milhões (M’BOKOLO, 2012, Tomo I, p.204-216). Os europeus, pela rapidez e capacidade de carga dos navios, em pouco tempo obtiveram um número gigantesco de cativos. As sociedades africanas experimentaram profundas transformações para conseguir suprir as demandas de cativos esperadas pelos árabes e, especialmente, pelos navios europeus no Atlântico nos séculos XVIII e XIX.

² ACOSTA-LEYVA, Pedro. As famílias nobres africanas no tráfico (1500-1850): o mito da captura. **África(s)**, v. 2, n. 3, 2015, p. 17 - 40.

Por sua vez, quando os portugueses chegaram à costa ocidental da África, lançaram-se violentamente contra as populações das costas e das pequenas ilhas. É necessário entender que a costa atlântica era a periferia das sociedades e que somente conseguiu relevância após o barco ter debilitado o camelo. Nenhum europeu teria sucesso se acometesse um reino do interior do continente pois eram sociedades altamente organizadas. As populações das margens do Atlântico, entretanto, constituíam-se de pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores que sofreram a feroz violência dos europeus em acontecimentos de verdadeiro terror.

Nuno Tristão, em 1443, segundo conta o cronista Gomes Eanes de Azurara (p. 81-83), lançou-se sobre a ilha de Arguim (também pode ser escrito “Gete” ou “Arget”, “Ghir”), causando desespero e choro. Uma tragédia. Muitas pessoas afogaram-se na tentativa de fugir e muitas foram capturadas. O mesmo cronista relata que o capitão Lançarote e outros como Martim Vicente foram desde a ilha das Garças até a ilha de Naar, onde capturaram a desprevenida e pacífica população. A narrativa diz que:

[os portugueses] chamaram por Santiago, São Jorge, Portugal, deram sobre eles, matando quanto podiam. Ali podereis ver mães desamparar filhos, e maridos mulheres, trabalhando cada um de fugir quanto mais podia. E uns se afogavam sob as águas, outros pensavam de guarcer sob cabanas, outros escondiam os filhos de baixo dos limos, por cuidarem de os escapar, onde os depois achavam. E em fim nosso senhor Deus, que a todo bem dá remuneração, quis que pelo trabalho que tinham tomado serviço, aquele dia cobrassem vitória de seus inimigos, e galardão e paga de seus trabalhos e despesas, cativando deles, entre homens e mulheres, e moços, cento e sessenta e cinco, afora os que morreram e mataram (AZURARA, s.d., p.87).

Uma população pilhada, assassinada e roubada de suas terras. Uns morreram e outros foram transformados em escravos. Eventos como esses foram comuns nas ilhas de Cerina, Nar, Tiber, como também nas regiões que na atualidade são os países Senegal, Guiné-Bissau, Serra Leoa, além de outras partes do continente. Outro relato mostra a crueldade dos portugueses que não respeitavam nem mulheres, nem crianças.

[o capitão português Álvaro Fernandes e seus homens] viram andar certas mulheres daquelas Guinés, as quais parece que andavam acerca de um esteiro apanhando marisco, e tomaram uma delas, que seria de idade até 30 anos, com seu filho que seria de dois, e assim uma moça de 14, na qual havia assaz boa apostura de membros, e ainda presença razoada segundo Guiné; mas a força da mulher era assaz para maravilha, ca de três que se ajuntaram a ela, não havia hi algum que não tivesse assaz trabalho querendo-a levar ao batel, os quais vendo a detença que faziam, na qual poderia ser que sobrechegariam alguns daqueles moradores da terra houve um deles acordo de lhe tomar o filho e leva-lo ao batel cujo amor forçou a madre de se ir após ele sem muito esforço (AZURARA, s.d., p.225-226).

A violência dos europeus está, de fato, comprovada. A força de três homens não foi suficiente para dominar uma jovem mulher com uma criança; se fez necessário, para seu domínio, utilizar a desumana alternativa de capturar o seu filho de dois anos para, dessa maneira, capturar a mãe africana. Aproveitaram-se das populações que estavam trabalhando e que não faziam parte de exércitos ou de vida militar. Dessa forma, é fácil compreender porque os europeus tiveram algum sucesso na captura.

A captura violenta trouxe respostas das populações. O roubo de mulheres e crianças que mariscavam na beira do oceano Atlântico teve uma reação imediata se considera-

mos o relato do mesmo cronista que apresenta mais detalhes sobre esse caso:

E, indo assim seguido sua viagem, vieram sobre eles quatro ou cinco barcos Guinéus, corregidos como homens que queriam defender sua terra, cuja peleja os do batel[os portugueses] não quiseram experimentar vendo a grande vantagem que os contrários tinham, temendo sobretudo o grande perigo que havia na peçonha com que tiravam. E começaram de se recolher o melhor que puderam para seu navio; mas vendo como um daqueles barcos se adiantava muito, voltaram sobre ele, o qual tornando para os outros, querendo os nossos chegar a ele antes que se recolhesse, porque parece que era já afastado boa parte de companhia, chegou-se o batel tanto que um daqueles Guinéus fez um tiro contra ele, e acertou-se de dar com a fecha a Álvaro Fernandes (AZURARA, s.d., p. 226).

A leitura da *Crónica* de Azurara permite perceber que, a partir de determinado momento, em qualquer lugar da costa que se aproximassem os europeus estavam sendo esperados para serem combatidos valentemente. Em outras palavras, falar de passividade africana, ou em presas fáceis, é desconhecer a realidade histórica. Da mesma forma, continuar repetindo que os portugueses e espanhóis foram motivados pela vontade de expandir o cristianismo, ou de encontrar o preste João, é obedecer a uma lógica que o próprio Azurara tentou imprimir, mas cujos escritos informam o oposto se observada a violência contra as populações ribeirinhas.

Em alguma data entre 1450 e 1468, as estratégias mudaram. Alvise da Cadamosto, conhecido como Luis de Cadamosto, em 1455, afirma que o infante D. Henrique proibiu os ataques violentos de captura para implementar o método da compra. O comércio substituiu ao método militar de captura por parte dos europeus; o merca-

dor superou o soldado-marinheiro (CARRERA, 2000, p.79-80). A mudança de captura violenta para o método de “compra” não é produto da benevolência portuguesa nem da súbita sabedoria na cabeça do rei de Portugal; é o resultado da forte resistência das unidades políticas dos povos africanos. Isabel Castro Henrique (2000, p.18) o afirma nitidamente:

Tal situação força os Portugueses a proceder a uma reorganização das suas relações com os Africanos: na primeira fase, tinham eles adoptado uma política de razia, que lhe permitia capturar escravos Mouros, Berberes e Negros. Mas a morte de Gonçalo de Sintra em 1444, no arquipélago de Arguim, depois de um combate com os Africanos, obriga os responsáveis políticos portugueses a substituir a técnica da razia pelo comércio.

Quando Cadamosto participou da expedição na Senegâmbia, em 1455, descreveu que os reis jalojo (jolofos) vendiam escravos para os “azenegues” e para os “cristãos”. Os portugueses que pela força só podiam na Senegâmbia capturar uns poucos e muitas vezes com perdas irreparáveis. Como a condição de enfrentamento não ofereceu os resultados esperados, então começaram a se integrar no comércio que há séculos direcionava-se para o mediterrâneo via deserto de Saara. Compravam ouro, advindo do interior, especialmente de Bambuk e Buré, e compravam escravos em outros lugares da costa (COSTA, 2010). Vendiam e compravam escravos e ouro ao longo da costa; parte dos escravos leva para Europa. Essas trocas comerciais produziam o lucro esperado. O comércio e o tráfico podem ser os motores, os novos incentivos para a captura, mas não devem ser confundidos. É evidente que, se não existissem compradores europeus e árabes, a captura em grande escala perderia a razão de ser.

Modalidades tradicionais africanas de captura

Aos poucos, quando os portugueses entravam alguns quilômetros, onde existiam sociedades com acentuada organização políticas, os resultados e as técnicas de aquisição de capturados foram se modificando, de maneira que, se antes o ataque violento era uma comunicação direta com os humildes da terra, isto é, com os pequenos agricultores, marisqueiras e crianças ilhéus e ribeirinhos, na nova fase a relação acontecia diretamente com os comerciantes e reis africanos. Os portugueses convenceram-se de que, onde existiam sociedades organizadas (centralizadas) na África, a violência para a captura era menos rentável que a negociação com os poderosos nobres, com os comerciantes africanos ou diretamente nas feiras comerciais. Todos os autores que se ocupam do tema da captura analisam as práticas das feiras que, um ou dois dias por semana, aconteciam em diferentes lugares do interior das sociedades africanas. Nas feiras, também os escravos eram vendidos entre outros produtos.

De onde saíam esses escravos? Como eram capturados? O historiador Antônio Carrera (2000, p.85-91), baseia-se nos cronistas e outros autores da época que testemunharam as práticas de capturas, tais como Almada (1594), Lemos Coelho (1684), Fr. Francisco de la Mota (1686), entre outros. Carrera informa que os métodos de captura eram: (1) interrogatório de defunto; (2) prova da “água a ferver”; (3) prova da galinha; (4) condenação por adultério; (5) rapto de pessoas em lugares isolados, especialmente crianças; (6) condenados por feitiçaria e por homicídio; (7) vendas indiscriminadas de familiares e das pessoas do povo pelos reis, nomeadamente o rei da ilha de Pecixe, hoje parte do ter-

ritório da Guiné-Bissau; e (8) as famosas guerras injustas.

As críticas que podem ser feitas a todas as testemunhas relacionadas às fontes históricas utilizadas por Antônio Carreira são válidas. Nenhum desses escritos foi feito por africanos. Há que se assumir que em cada palavra e ideias existem condicionantes hermenêuticos que definem a representação e a imagem que cada autor cria da realidade que pretende mostrar. Stuart Hall (1997) analisando as representações, é dizer as formas como os seres humanos sentimos, dizemos e usamos as coisas, os objetos e significamos as relações na sociedade, a firma que as ideias expressa através da linguagem ela não estão somente na cabeça, mas que tem efeitos reais e regulam as práticas sociais. Portanto, as descrições elaboradas pelos cronistas que servem de fontes para o historiador Antonio Carreira não podem ser enxergada como a realidade no sentido positivista, concreto. Qualquer escrito ou produção discursiva, segundo Stuart Hall (1997), permanece sendo um conjunto de símbolos, de figuras, de imagens “fabricadas” para construir identidades, para incidir na conduta e provocar uma interpretação dos processos sociais e históricos. Apesar disso ou pela natureza das representações devemos considerar que foram diversos autores, em diferentes épocas, com relatos semelhantes, o que aumenta a probabilidade de alguns dos aspectos descritos coincidirem com as práticas que de fato ocorreram (CORREIA, 2017). Feita essa ressalva sobre a discussão historiográfica ou representações discursivas possíveis representadas pelos cronistas, são apresentadas algumas ideias sobre as práticas de captura elencadas.

O primeiro método de captura de pessoas realizado por sujeitos das sociedades africanas é “o *interrogatório do defunto*”. Essa

prática consistia em perguntar para o morto quem era o culpado por sua morte. O rito tem variações, mas, grosso modo, quando uma pessoa morria por qualquer motivo, a comunidade reunia-se num espaço em forma de círculo (SCANTAMBURLO, 1978). No meio do círculo quatro pessoas carregavam nos ombros, numa rede/caixão, o defunto. A rede ou caixão onde era colocado o defunto se conhece até os dias atuais como “djongago”. A rede/caixão era feita pelos anciões no encobrir da noite e mostrado ao amanhecer, após a cerimônia desaparece no calar da noite. A “fabricação” da rede/caixão é um mistério que deve ser guardado na obscuridade da noite. Se o segredo for descoberto a comunidade corre riscos de catástrofes segundo o entender da tradição. Um sacerdote em pé diante da rede/caixão declamava alguns cânticos misteriosos e perguntava para o morto quem era o culpado: “quem te matou? Quem provocou a tua morte?”. As quatro pessoas que carregavam o defunto no “djongago”, na rede/caixão, movimentavam-se, segundo eles, impulsados/dirigidos pelo morto e, se detinham na frente de uma das pessoas da comunidade. Essa pessoa indicada pelo “morto” era conduzida para o tráfico por ser culpada pela morte do defunto.

Como elucidada Mbiti (1990) há que se entender que nas culturas africanas em geral o conceito de indivíduo é mediada pela noção de pessoa. Na capital da França, em 1971, no colóquio internacional sobre o conceito de pessoa na África participaram especialistas que pesquisaram diversos povos e culturas do continente africano. Neste colóquio Hampate Bâ (1993), explica que o “indivíduo” nas comunidades tradicionais africanas é superado pela noção de “pessoa” porque o ser constitui a síntese do universo, o ponto de harmonia e equilíbrio para o qual

convergem diferentes dimensões e forças. A pessoa humana somente existe no equilíbrio da comunidade, na comunhão da vida coletiva. Portanto, quando alguém era condenado pela culpa de “desejar ou fazer algum feitiço” que provocara a morte de um indivíduo também era condenado junto com ele a família, que inclui esposas, filhos e dependentes próximos. O equilíbrio comunitário era rompido e para restabelecer a harmonia o conjunto de seres que estavam ligado àquela pessoa “culpada” também era extirpada da comunidade. Isso explica porque uma condenação “individual” produzia uma massa considerável de cativos.

Ficam alguns questionamentos para refletir: se é sabido que existem dois responsáveis externos – os árabes a camelos e os europeus de navios –, quem foram os responsáveis no interior da sociedade? Foi o sacerdote? A tradição religiosa? Ou o rei e os comerciantes da comunidade que se beneficiaram com a venda da família “culpada pela morte”? Os indícios apontam para a ação de agentes externos e de agentes no interior das sociedades. Ambos à procura de recursos, de bens materiais. Deve-se elucidar que nas sociedades africanas tradicionais da época em questão as transações comerciais de longa distância ou com estrangeiros estavam majoritariamente controladas e mediadas pelos reis, mas também por um corpo de comerciantes relacionados com a nobreza e alguns poucos que de forma isolada participavam das trocas comerciais (PARÉS, 2016).

O segundo método de captura, “*a água fervente*”, ocorria geralmente quando um objeto ou animal se perdia. Um sacerdote ou o próprio rei indicava o nome de um suspeito e se procedia a esquentar uma panela de água até o ponto de ebulição. Obrigava-se o suspeito a introduzir a mão na água fervente e, caso ele não tivesse relação com

o roubo ou a perda do objeto, não sofreria queimadura. Se a água quente queimasse a mão, o suspeito era considerado culpado e era conduzido para o mercado como escravo para ser vendido, ele e sua família. O lucro da venda era dividido entre o dono do objeto perdido, o imposto para o rei e a oferta destinada ao sacerdote. Conta Fernão Guerreiro, em 1605, que a maioria das vezes o rei indicava como suspeito “alguns negros fidalgos e ricos a quem ele [o rei] por alguma paixão quer matar ou por cobiça tomar a fazenda” (CARREIRA, 2000, p.87).

O que Fernão Guerreiro chamou de “alguma paixão” provavelmente se enquadra no que Selma Pantoja (2011, p. 39) caracteriza a captura ou redução a escravo ou mesmo venda/tráfico de um membro da comunidade como “um meio de excluir os elementos nocivos à comunidade, como uma maneira de reforçar a coesão social e assegurar a estabilidade da sociedade”. Isto é, uma estratégia para controlar as diferenças políticas, disputas pelo poder no âmbito das intrigas da corte ou tática de eliminação de um concorrente no comércio ou em outro aspecto que envolvia prestígio. Na mesma linha de raciocínio Lovejoy (2002, p.64) explica que em um reino “jalojo, em 1455”, onde hoje é Senegal, o rei agrediu populações vizinhas e seu próprio povo não por ambição do lucro do comércio de seres humanos, mas pelo controle político contra possíveis revoltas que colocariam seu poder centralizado em xeque.

No fundo, parece que a metafísica da captura não se limitava às esferas das representações religiosas e das práticas econômicas, mas também a uma fina estratégia política legitimada pela prática processual jurídica. Como diz Chartier (199, p.51), “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os

mecanismos pelos quais um grupo se impõe”. Em outras palavras, as representações religiosas se combinaram e de certa forma auxiliaram a estruturar as relações econômicas para sustentar tanto as clivagens sociais como para “ordenar” ou justificar a prática da captura no interior das sociedades africanas.

O terceiro método, “*a prova da galinha*”, era muito simples. Por motivos diversos, tais como perda de objetos, doença e outros acontecimentos para os quais não se podiam indicar os responsáveis, chamava-se a comunidade para uma reunião cuja organização dava-se em forma de círculo. É necessário, para entender a lógica desta modalidade de produção de cativos, assim como as outras modalidades, que a metafísica dos povos africanos pressupõe que acontecimentos tais como doenças ou qualquer outro têm uma causa “espiritual”. Nada acontece pelo princípio de causa-efeito como entendido na física clássica ocidental. Sempre existe um ente, uma vontade de um ser por trás de cada acontecimento e fenômeno, como afirma Bado (1996, p.71): “d’oùson caractèr e métaphysique qui imprègnela definition des causes et destractions des maladies”. O cronista Almada observou que entre os jalojos do atual Senegal havia uma relação entre doença e a intervenção de responsáveis além do que podemos chamar hoje de “vírus”, “infecção” ou doença que afeta unicamente ao corpo. Almada registrou que

Há outros negros entre eles que servem de adivinhadores, a que chamam Jabacouses. Estes, quando adoecer algum, o vão visitar como médico, mas não tomam o pulso aos enfermos nem lhes aplicam mezinhas nenhuma; somente dizem que as feiticeiras e feiticeiros fizeram mal àquele enfermo, não lhes parecendo que as pessoas morrem quando a hora é chegada e Deus servido, senão que os feiticeiros as comem; e fazem

sobre isto muita diligência (ALMADA, 1994, p.34)

O sacerdote-adivinho, ou “Jabacouse”, para descobrir os responsáveis pela doença (lembrando que o ritual da galinha era uma “técnica” para descobrir os culpados pela doença ou outros “malefícios”), reunia o povo em um grande círculo e depois de cantar e dizer algumas fórmulas misteriosas, cortava o pescoço de uma galinha e a colocava no meio do círculo. A galinha degolada, ainda pulando e se movimentando com os últimos impulsos de vida, caía morta em frente de alguma pessoa do círculo. A tal pessoa e toda a sua família eram vendidos no mercado e encaminhados para o tráfico internacional como escravos.

Os outros métodos de captura por parte dos agentes internos são autoexplicativos. Condenação por adultério, raptos e vendas despóticas sem motivos aparentes feitas pelos reis. Vale enfatizar que, nessa época e em todo o período que se manteve o tráfico, os agentes externos da captura, isto é, os europeus, não abandonaram completamente a captura violenta e os pequenos raptos que eram comuns nos primórdios descritos por Azurara.

Duas modalidades foram implementadas pelos europeus, onde de algum modo também os poderes africanos estavam envolvidos: (1) a utilização do exército formado por europeus e soldados-escravos africanos na configuração de guerra de ocupação, como no caso da região mbundo, em Angola, e da região dos prazos, em Moçambique, onde ocorreram as guerras de capturas comandadas por europeus e seus descendentes mestiços e executadas pelos famosos *a-chicundas*. Os europeus realizavam tratados de “amizade e vassalagens” com os reis africanos de vários lugares do continente e os constrangiam a pagar um

imposto em escravos (CARVALHO, 2011). (2) A formação de um grupo de europeus chamados de lançados que, embora tivessem como atividade principal o tráfico ou a intermediação entre os mercados de escravos internos (africanos) e o compradores externos (europeus), algumas vezes praticavam a captura. Esses sujeitos conhecidos como lançados espalharam-se por toda a África e provinham de quase toda a Europa. Muitas vezes eram também intermediários e representantes dos reis africanos e utilizavam incontáveis métodos para o sucesso do negócio. Um caso pitoresco foi um lançado alemão entre os Boulões, contatado pelo padre Baltasar Barreira, nos anos de 1600, que usava como técnica de animar sua atividade de tráfico a música (CARREIRA, 2000, p.74).

Os lançados contraíam matrimônio com princesas e mulheres da nobreza africana. Essas mulheres, quando enviuvavam, tornavam-se as famosas senhoras, ou, como eram conhecidas na época, “nharas”, “signares”. Exemplo de tais “senhoras ou signares” são a senhora Felipa em Rufisque, em 1635; a senhora Catarine ou Catti, em 1680, representante comercial do rei de Caior (um reino em Senegal); a senhora Maria da cidade de Julufre, no reino da Barra, em Gambia por volta de 1682 (COSTA, 2011).

É importante, entretanto, não confundir traficante ou mercador intermediário com capturador. Os lançados eram intermediários, traficantes. A compreensão geral do fenômeno da captura leva a pensar que todos esses métodos “tradicionais dos próprios africanos” foram ínfimos se comparados às guerras de capturas comandadas pelos europeus, pelos reis africanos, pelos comerciantes africanos e pela alta hierarquia religiosa africana, as chamadas “guerras justas”, e a outros processos a elas vinculados.

Primeiramente, a maneira através da qual os escravos eram obtidos tendia a destruir as estruturas sociais e políticas. Os fora da lei e delinquentes eram reduzidos à escravidão. Alguns indivíduos eram vendidos durante os períodos de grande fome ou para a quitação de uma dívida. Porém, é verossímil que a maioria dos escravos tenha sido obtida no decorrer de grandes capturas, incursões ou guerras. Sabe-se igualmente que o sacerdote dos aro vendia as pessoas sempre que as julgasse culpadas. Mas a rede comercial dos aro estendida sobre a maior parte do país igbo obtinha a maioria dentre os seus escravos em incursões efetuadas pelos seus aliados mercenários, os abam, ohaffia, abiriba e edda. Vemos, portanto, que a grande influência exercida pelos aro no país igbo, por intermédio do seu oráculo, não teve efeito unificador. A influência dos aro distingue-se, conseqüentemente, pelo caráter violento inerente ao tráfico de escravos, originado na influência religiosa precedentemente exercida pelos nri sobre vastas regiões do país igbo (ALAGOA et al, 2010, p. 857).

Como afirma Alagoa (2010) no trecho supracitado, os métodos tradicionais de captura foram um importante instrumento para produzir escravos, mas nada comparado às guerras e raptos que por vezes atingiam aldeias inteiras. No caso específico da região do delta do rio Níger existia uma tradição religiosa muito forte, que embora em certa época se utilizasse de modalidades rituais de captura de pessoas, depois que o tráfico se solidificou na região procederam a capturar por meio de exércitos mercenários. Logicamente as guerras de capturas não invalidam a relevância dos métodos tradicionais, se julgamos que a feitiçaria transformou-se numa fonte de escravos não depreciável. Pelo relato de 1857, redigido pelo ex-governador de Sofala e Tete, Antônio Cândido Pedrosa, sabe-se que uma *quarta parte do tráfico* em Moçambique corresponde à punição por feitiçaria. “Esse caráter punitivo na venda de

escravos revela a importância que tiveram os dirigentes tradicionais na sobrevivência do tráfico de escravos” (ZONTA, 2012, p.318).

Considerações finais

A captura é uma prática social que pode ser considerada de caráter exógeno, contudo, pela análise feita neste artigo, pode-se afirmar que se estruturou também como prática endógena. Por muito tempo a ideia segundo a qual todo escravo é um cativo me fez pensar que todo cativo era um estrangeiro, uma vez que a pessoa propensa à captura sempre seria alguém alheio a comunidade. Se assim for, a captura seria uma prática social exógena, que atinge outros povos ou outras comunidades. Os autores que defendem que os escravizados são cativos procedentes de outras comunidades ou grupos em via de integração provavelmente fazem uma análise adequada, mas este texto não está falando do escravizado nem do cativo. Pela revisão que fizemos percebemos que a captura também é uma prática endógena da sociedade, isto é, que se estabeleceu em algum momento da história como um fenômeno que tinha como alvo as pessoas da própria comunidade.

Esse fato, apresentado erroneamente com a frase “irmãos capturando irmãos” traz à tona uma incompreensão das clivagens sociais que qualquer sociedade ou mesmo pequenas comunidades possuem. As sociedades africanas que praticaram as capturas endógenas nas modalidades apresentadas não estavam divididas em classes sociais como proposta pelos marxistas ortodoxos, embora se tenha realizado um profundo esforço, como apontou Luis Nicolau Parés (2016, p.280), para enquadrar as sociedades no “modo de produção asiático”. As sociedades em análise tinham grupos sociais diversos

como são os ferreiros, os artesãos, a nobreza comerciante, a nobreza religiosa, o rei por vezes com uma corte familiar com funções burocráticas, os escravizados e os agricultores e pescadores que eram a maioria da população. Cada um desses grupos sociais elaboraram percepções sociais, traduções mentais das vivências e das práticas econômicas que muitas vezes eram mediadas por noções religiosas, morais, políticas e jurídicas. Sabemos que essas

(...) percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990, p. 15).

As representações sociais elaboradas por cada um dos grupos sociais entravam em concorrência e mesmo no interior de cada grupo havia competições pelo lugar da liderança e pelo *status* de prestígio, o que impulsionou a criação de estratégias como, por exemplo, as modalidades apresentadas que cumpriam seu papel de regularizar as práticas sociais internas ao mesmo tempo em que se adaptavam às novas demandas que os camelos e os navios lhes colocavam como desafios.

Referências bibliográficas

ACOSTA-LEYVA, Pedro. **África entre africanistas e africanólogos no Brasil**. Pará de Minas: Virtual Books, 2016.

ACOSTA-LEYVA, Pedro. **História de África para proletários: África/Atlântico**. Pará de Minas: Virtual Books, 2013.

ALAGOA, Ebiegberi J.; ELANGO, Lovett Z.; N'NAH, Nicolas Metegue. O delta do Níger e Camarões In: J. F. Ade Ajayi (editor). **História geral da África, vol. VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde (1594)**. Leitura, introdução, modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa: Gt do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1994.

AZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica do descobrimento e conquista da Guiné**. Portugal: Publicações Europa-América, [s/d]. Esta crónica foi escrita em 1448.

BADO, Jean-Paul. **Médecine coloniale et grandes endémies em Afrique**. Lèpre, trypanosomias e humaine et onchocercose. Paris: KARTHALA, 1996;

CARVALHO, Flavia Maria de. Do fundamento ao avassalamento: ritos e cerimônias, alianças e conflitos entre portugueses e sobas do antigo Ndongo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**.

CASTRO HENRIQUES, Isabel. **São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade**. Lisboa: VEGA, 2000.

CARREIRA, António. **Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: IPC, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1900.

CORREA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola. Vol. I**. Lisboa: 1937.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. A imagem do negro no relato de viagem de Alvise Cadamosto (1455). **Revista Politeia: Hist. e Soc.**, v. 2, n. 1, p. 99-129, 2002.

HAMPATE BÂ, A. La notion de personne en Afrique noire. In: DIETERLEN G. (ed.). **La notion de personne em Afrique noire**. Paris: l'Harmattan, 1993, p.181-195.

HORTA, José da Silva. “Entre história europeia e história africana, um objeto de carneira: as

representações”. **Actas do Colóquio Construção e Ensino da história da África**. Lisboa: Linopazes, 1995.

HORTA, José da Silva. A Representação do africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508), separata de *Mare Liberum*, **Revista de História dos Mares**, nº2, 1991.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol I**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol II**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

MBITI, John. **African Religions and Philosophy**. London: press, 1990.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995.

PANTOJA, Selma. **Uma antiga civilização africana: história da África Central Ocidental**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

PARÉS, Luis Nicolau. Cartas do Daomé: uma introdução. **Afro-Ásia**, nº 47, 2013, p. 295 – 395, 2013.

PÉLISSER, René. **História da Guiné. Portugueses e africanos na Senegâmbia 1811-1946**. Lisboa: Estampa, 2001.

PÉLISSER, René. **História das Campanhas**

de Angola. Resistência e revoltas 1845-1941. Vol 2. Lisboa: Estampa, 2009.

PÉLISSER, René. **História de Moçambique. Formação e Oposição 1854-1918**. Lisboa: Estampa, 1994.

SCANTAMBURLO, Luigi. **Etnologia dos Bijagós da ilha de Bubaque**. n/s: 1978. In:// www.faspebi.com/bijagos.index.html. Acesso em 1 de jun 2017.

SERRA, Carlos. (Direção). **História de Moçambique. Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885. Volume I**. Maputo: Livraria Universitária, 2000.

SERRANO, Carlos. **Angola nascimento de uma nação. Um estado sobre a construção da identidade nacional**. Luanda: Kilombelombe, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. **A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

WILLIAMS, Eric **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HALL, Stuart. “The work of representation”. In: HALL, Stuart (org.) **Representation. Cultural representation and cultural signifying practices**. London: Open University, 1997.

Recebido em: 09/05/2017

Aprovado em: 12/07/2017